

O passado difícil: construções de memórias clandestinas

Emerson Dionísio G. de Oliveira

Mestre em História da Arte e da Cultura pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp – e doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília – UnB –, sob orientação da Profa. Dra. Eleonora Zicari Costa de Brito.
Trabalho realizado com apoio do CNPq. emerson_dionisio@hotmail.com

CASTRO, Ana Lúcia Siaines de. *Memórias clandestinas e sua museificação*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

O trabalho da museóloga Ana Lúcia Castro é uma ousada intersecção entre as teorias da informação, as teses sobre memória social e formulações sobre narrativas históricas, implicadas sobre um palco: o museu. Num fôlego realmente interdisciplinar, a autora apresenta um trabalho com premissas importantes, voltadas para a manutenção de memórias de organizações clandestinas desfeitas nos duros anos da Ditadura Militar brasileira (1964-1985).

Num relato reproduzido por Castro, a atriz Beth Mendes sinaliza como é árdua a tarefa de “produzir” narrativas que construam uma possível memória daquelas organizações perseguidas pelo regime. Operação que ocupa o difícil espaço entre a necessidade “política” de lembrar e aquilo que “deveria” ser emocionalmente esquecido: “Pensar sobre os anos que sucederam o golpe militar de 1964 é, ao mesmo tempo, difícil e doloroso. Difícil porque cada lembrança não podia ser guardada. A qualquer momento, qualquer um de nós poderia ser preso, torturado e pressionado e, se tivesse algum nome, fato, data, estaria sendo o agente para que o outro de nós passasse pela mesma situação-limite.” (p. 82).

Memórias clandestinas e sua museificação procura problematizar essa tarefa. Dividido em três partes irregulares, o trabalho de Castro procurou discutir o trânsito de discursos possíveis sobre aqueles grupos e sua marginalização nas instituições de memória. A autora buscou situar de modo didático o período estudado em suas conformações políticas e econômicas na primeira parte. Ainda nesse momento do livro, ela acerta ao eleger a tortura como elemento fundamental e central na política do “apagamento” privado e do “esquecimento”

público das memórias da época. A tortura, como elemento coercitivo limite, lança todo um grupo de sujeitos “num jogo diabólico de teatralidade, em um palco da humilhação exposta ao infinito, sem lugar nem hora, entregue a uma platéia sem nome e sem rosto, na escuridão cavernosa da morte, da insanidade, da loucura” (p. 55). A autora confere ao GTNM (Grupo Tortura Nunca Mais) um papel central e, com isso, abre espaço para as indagações sobre os confrontos entre as narrativas produzidas por grupos “alternativos” e as versões dominantes. Infelizmente o debate não se aprofunda, visto que caberia, por exemplo, inquirir a própria prevalência do GTNM sobre outras possibilidades narrativas.

Na segunda parte, ao contrário do didatismo anterior, teremos uma análise pormenorizada da dimensão da informação, constituída como instância social do direito de participar da confecção do passado. Nesse aspecto, recordar é uma expectativa da mudança e a garantia de renovação das conquistas democráticas. “O acesso à informação deixa de ser retórico para torna-se imprescindível, imperativo, vital, mesmo que de forma fragmentária” (p.73), escreve a autora.

Não deixa de ser providencial que, no mesmo ano em que Castro publica seu trabalho, o mercado editorial apresenta-nos a reflexão da argentina Beatriz Sarlo em seu *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. (Companhia das Letras; UFMG, 2007), cuja tônica está em criticar a manipulação unilateral da informação histórica pela via do relato no que tange a memória da ditadura em seu país. Em Castro, o diagnóstico é diverso, anterior, uma vez que, para a realidade brasileira, estamos ainda nos detendo em tentar

“recordar” as informações daquele “poder não-conquistado”, frustrado e desqualificado por uma visão conservadora da realidade que ainda busca dar uma função regressiva a movimentos de caráter social ou político. Nessa perspectiva, quando deixa o plano geral para adentrar em *casos* específicos, suas ilações sobre o mito de herói — vestimenta que serve como primeiro conforto para os narradores daquele momento — acertam em questionar se a dimensão revolucionária deveria ser retirada do coletivo ou simplesmente ser matéria de relatos que confinam a heroicidade ao indivíduo.

O terceiro momento do livro está apoiado na convicção de que a cultura museica é um ambiente privilegiado para discutir as memórias clandestinas do período militar. Para apoiar suas opções teóricas, a autora busca apoio no museu como “lugar de memória”, ao gosto de Pierre Nora, sem fazer da visão de memória que o autor francês tem frente à história um guia definitivo. Sábia escolha, menos pelas incursões de Nora que pela habilidade de julgar que os museus não precisam de vestimentas teóricas estanques. Nesse ponto, Castro apresenta-nos questionamentos difíceis. Ao mesmo tempo em que identifica o museu com toda uma lógica do Estado e uma dimensão exemplar de apresentar as narrativas históricas, ela não nega a importância da dimensão pública que tais instituições possuem na constituição e na problematização da memória de grupos que fugiram à lógica das narrativas centrais.

Da mesma forma que vê nos museus e arquivos espaços para a discussão mais ampla da memória clandestina dos anos de chumbo, teme pela simples institucionalização dessa memória, julgando que, nesse processo, perde-se mesmo as dimensões ambíguas daquele momento ímpar.

Assim, Castro não pensa o museu em seu plano geral. A autora sabe que muitas vezes a “pedagogização do dis-

curso museológico” age como reformulador de uma historiografia que funciona como legitimadora de memórias “consentidas”, chegando mesmo a fornecer credibilidade ao silêncio sobre certos aspectos incômodos. “Um discurso taticamente sintético e obscuro, no qual a história se desconstrói em metáforas e metonímias, pode romper com estímulos da provocação sensorial e ser envolvido por um silêncio ritualizado” (p.112).

A função museológica primordial nesse caso é produzir uma cultura memorial que evite a acomodação de versões literais. O fim do museu está em “resguardar o direito de recuperar e de ressignificar acontecimentos, processos e experiências sociais” (p.114) e mais, em produzir o entendimento da memória como resistência antibélica, em favor da tolerância, como Castro nos demonstra em diferentes exemplos.

O museu não é visto como o único espaço onde isso é possível. Mas o próprio entendimento de seleção e de organização das memórias políticas clandestinas dentro de uma instituição historicamente tão comprometida com o Estado, como é o museu, já demonstra uma possibilidade de reposicionar outras esferas públicas e seu “narrar” oficial diante de um assunto que teria, em tese, sido enterrado pela Lei da Anistia, de 1979.

Há também no livro muita sobreposição de informação, e esse é um problema que talvez pudesse ter sido evitado pela edição. Mas isso não retira do trabalho sua importância e seus avanços: entre sínteses, análises e perfis, as memórias emergem como num caleidoscópio de difícil domínio, mas inevitável manejo pelas instituições ligadas à informação histórica, arquivística e memorial. O que se perde em repetições, ganha-se em pluralidade de conceitos cruzados pela autora, num trabalho profícuo sobretudo por produzir excelentes perguntas que não podem se esgotar numa única discussão.